

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 49 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.10595423>



“VOCÊ NÃO É NEGRA, VOCÊ É PARDA!”: UMA NETNOGRAFIA DO NÃO-LUGAR DAS PESSOAS PARDAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Neiva Nayara de Oliveira Augusto¹

Maria Inês Gandolfo Conceição²

Resumo

O artigo trata do não-lugar do pardo na sociedade brasileira e tem como objetivo discutir as dificuldades que pessoas pardas vivenciam ao se (re)conhecerem como negras no Brasil. O estudo centra-se nas postagens com a temática de identidade racial de pardos divulgadas no Instagram e nas interações que ocorrem nessas postagens, utilizando a metodologia da netnografia e a análise temática. O estudo analisou quatro casos, selecionando comentários e reações favoráveis e desfavoráveis às postagens relacionadas a questões de identidade racial. As interações revelaram a complexidade da construção da identidade racial no contexto brasileiro, com disputas de legitimidade, confrontos verbais e a busca por uma compreensão mais plural e inclusiva das experiências raciais. Conclui-se que uma das consequências do não-lugar do pardo na sociedade pode incidir sobre a forma como as políticas públicas e ações afirmativas são pensadas, pois a compreensão das dinâmicas adotadas nessas políticas pode ser influenciada por esse olhar do negro único.

Palavras-chave: Branquitude; Letramento Racial; Negro; Netnografia; Pardo.

Abstract

The article deals with the non-place of brown people in Brazilian society and aims to discuss the difficulties that brown people experience when (re)knowing themselves as black in Brazil. The study focuses on posts with the theme of racial identity of brown people published on Instagram and the interactions that occur in these posts, using the netnography methodology and thematic analysis. The study analyzed four cases, selecting favorable and unfavorable comments and reactions to posts related to racial identity issues. The interactions revealed the complexity of the construction of racial identity in the Brazilian context, with legitimacy disputes, verbal confrontations and the search for a more plural and inclusive understanding of racial experiences. It is concluded that one of the consequences of the non-place of brown people in society can affect the way in which public policies and affirmative actions are designed, as the understanding of the dynamics adopted in these policies can be influenced by this unique black perspective.

Keywords: Black; Brown People; Nethnography; Racial Literacy; Whiteness.

INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por uma singular miscigenação de povos, resultando em uma sociedade multifacetada e multifária. No entanto, essa diversidade traz consigo desafios específicos para a população brasileira, destacando-se a invisibilidade e a escassez de políticas públicas direcionadas aos pardos que se autodeclaram negros. Este estudo visa aprofundar a discussão sobre as complexidades da identidade racial, concentrando-se nos pardos que se identificam como negros e explorando as dinâmicas interacionais nas redes sociais.

¹ Mestranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: psineivadeoliveira@gmail.com

² Professora da Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Psicologia. E-mail: inesgandolfo@gmail.com



A pesquisa concentrou-se na observação das interações sociais no Instagram, utilizando a metodologia da netnografia. O tema escolhido, "Você não é negra, você é parda!", emerge como um ponto de partida elucidativo das dificuldades de reconhecimento da identidade racial da população parda que se identifica como negra no Brasil. A justificativa para a pesquisa surge da necessidade de compreender a diversidade da população negra brasileira, considerando as características singulares resultantes da amálgama de etnias.

Os objetivos do estudo concentram-se em identificar, analisar e interpretar as dificuldades enfrentadas por pessoas pardas que se reconhecem como negras no contexto brasileiro, através da análise de interações em comunidades virtuais no Instagram. A pesquisa documental utiliza dados secundários coletados em páginas abertas do Instagram, discutindo temáticas raciais e utilizando as *hashtags* #pardo e #negro para seleção.

A metodologia adotada é a netnografia, com procedimentos de coleta de dados realizados por meio de buscas ativas no Instagram, explorando páginas abertas que abordam temáticas raciais. A análise temática reflexiva é o procedimento adotado para analisar os dados coletados. A triangulação dos resultados foi feita através da correlação dos dados com o referencial teórico, que abrange temas como gênero, identidade e pertencimento racial, eugenia, o mito da democracia racial e o pacto com a branquitude, o pardo e o limbo racial, e apagamento histórico e os impactos na concepção de ser negro no Brasil.

O texto está estruturado em seções que abrangem o referencial teórico, o método, o procedimento, os resultados e discussões, e a conclusão. Ao adentrar nas intrincadas relações sociais presentes nas redes sociais, especialmente no Instagram, este estudo busca lançar luz sobre o "não-lugar" ocupado por pessoas pardas que buscam por sua identidade racial, contribuindo assim para um diálogo mais abrangente e compreensivo da complexa tessitura racial brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

A chegada dos colonizadores ao Brasil, no século XVI, exerceu forte influência sobre a cultura dos povos originários. Posteriormente, com a inserção dos povos africanos, que foram sequestrados e traficados como mão de obra escrava, o processo de mestiçagem no país foi acelerado (ASSIS; SOUZA, 2019). Os colonizadores impregnaram sua cultura de forma deliberada, impondo seus costumes na linguagem, religião e, principalmente, modificando a etnia do povo brasileiro, dando início, assim, ao processo de mestiçagem no Brasil (NOGUEIRA *et.al.*, 2023; SOUZA, 2022).



O processo de mestiçagem tornou-se mais evidente no Brasil durante o período da colonização. Há indícios de que a nomenclatura parda teve origem em meados de 1500, conforme descrito nas cartas de Pedro Vaz de Caminha ao referir-se aos povos originários. Em 1720, o termo pardo era identificado como proveniente do pássaro pardal, usado para descrever a miscigenação racial entre pretos e brancos. Em 1789, era entendido como “mulato”, quiçá provindo da hibridez de etnias da mula. Em 1832, o termo “pardo” foi associado à origem do termo latim *pardus*, que em sua etimologia deriva do animal feroz leo-pardo e sua cor de pelagem nem tão escura nem tão clara (PARDO, 2023; OLIVEIRA, 2022; WESCHENFELDER; SILVA, 2021). Em 1872, o termo “pardo” foi utilizado no primeiro censo populacional brasileiro e, em 1890, foi alterado para “mulato”. Somente em 1980, quase um século depois, a identificação “parda” passou a ser constante no censo brasileiro (IBGE, 2008).

As categorias raça e cor foram inseridas no IBGE somente em 1991, quando a raça negra passou a ser entendida como a somatória de pretos e pardos (IBGE, 2006). Neste sentido, a compreensão da população negra no Brasil “para a demografia, é o somatório de preto + pardo. Cabe ressaltar, no entanto, que preto é cor e negro é raça” (OLIVEIRA, 2004, p. 58). Atualmente, a autodeclaração étnico-racial para indicar o pertencimento da pessoa é uma prática vigente no Brasil, sendo dividida em cinco categorias: branca, preta, parda, indígena e amarela. Em 2022, a população autoidentificada como negra correspondia a 56% do total da população brasileira (IBGE, 2022).

As diversas nomenclaturas destinadas à população parda não pararam por aí. A população parda brasileira é também conhecida por várias denominações e eufemismos, tais como moreninha, mulata, mestiça, negra de pele clara, café com leite, escurinha, encardida, cor do pecado, cor de jambo, afroconveniente, híbrida, confusa e afrobege (GOMES, 2019; RODRIGUES, 2020). Tais aspectos podem indicar uma dificuldade de reconhecimento das pessoas pardas em se perceberem e serem percebidas como sujeitos sociais, tendo em vista que a própria nomenclatura não apresenta um consenso, deixando, assim, em aberto as diversas denominações destinadas a essas pessoas, haja vista a oscilação da nomenclatura para se referir a elas.

Em várias nações, como o Reino Unido, Nova Zelândia e Estados Unidos, os termos “multirracialidade” e “multietnia” são utilizados para abordar a diversidade étnica que caracteriza essas sociedades (CRADDOCK *et al.*, 2023; MITCHELL, 2022; SIMON-KUMAR *et al.*, 2022). Tratar da identificação de indivíduos pardos e sua origem derivada de diversas etnias representa um tema complexo que transcende fronteiras. Essa experiência de diversidade étnica muitas vezes se entrelaça com a presença do racismo e do colorismo. O colorismo é um fenômeno observado em nível global, no qual as nuances de tonalidade de pele influenciam percepções sociais e tratamentos, delineando assim



uma problemática cultural tanto no Brasil quanto no contexto internacional (CHALMERS *et.al.*, 2022; CRADDOCK *et.al.*, 2018; LAGO *et.al.*, 2023).

No Reino Unido, um estudo realizado utilizou a escala *Everyday Colourism Scale* (ECS) para identificar a presença do colorismo na discriminação por tonalidades de pele presentes na sociedade. Essa escala permitiu revelar uma alta incidência dessas formas de violência, muitas vezes despercebidas, demonstrando também a presença de colorismo entre os grupos brancos, os quais estão associados a experiências mais frequentes de racismo, maior internalização do colorismo e maior ansiedade. Por outro lado, em grupos multiétnicos, o estudo identificou índices associados a menor autoestima, assim como a possíveis impactos do colorismo internalizado na susceptibilidade a resultados negativos de bem-estar, dentre outros danos decorrentes do racismo (CRADDOCK *et.al.*, 2023).

Desta forma, é importante destacar que, ao ensaiar discussões acerca da temática racial no Brasil, surge um aspecto que precisa ser ressaltado: a questão primordial de como se dá a formulação do racismo no Brasil. Oracy Nogueira, ao se debruçar sobre os estudos da sociedade brasileira no período de 1940 a 1960, identificou em uma de suas pesquisas o preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, concluindo que no Brasil o racismo ocorria de forma diferente do que em outros países, principalmente quando comparado aos Estados Unidos. A definição do preconceito de marca faz referência ao modelo brasileiro em que as características fenotípicas ou de aparência contam como fator determinante do racismo. Por outro lado, o preconceito de origem refere-se ao modelo vigente nos Estados Unidos, em que a gota de sangue ou descendência negra tipifica como fator determinante o racismo. Nesse caso, uma pessoa com fenótipo branco seria lida como negra (NOGUEIRA, 2007; ROTH, 2016; SOUZA, 2019).

PARDO: GÊNERO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO RACIAL

A mestiçagem no Brasil tem suas raízes no histórico marcante de ser o país que mais recebeu escravizados traficados da África durante o período escravagista (MACHADO; SANTOS, 2022). Lamentavelmente, essa trajetória foi marcada pela violência e pela brutalidade, na qual o povo africano foi sequestrado, vendido e afastado de sua terra, sua gente, sua língua e sua fé. Além disso, é importante ressaltar que, na perspectiva de gênero, as mulheres negras escravizadas foram vítimas da imposição de serem fontes reprodutoras de mão de obra a ser explorada, frequentemente tendo sido estupradas por homens tanto negros quanto brancos (AMORAS; COSTA; ARAÚJO, 2021). Infelizmente, muitas dessas mulheres tiveram que gestar filhos resultantes dessa violência em várias ocasiões. Nessa perspectiva, de acordo com Rezende e Tarrega (2021), dar à luz e criar trabalhadores escravizados, além



de zelar e amamentar os filhos dos senhores brancos, constituíram estratégias lucrativas e adicionais para perpetuar as dinâmicas de controle sobre o corpo da mulher negra. Nesse contexto, a mulher negra não detinha autonomia alguma sobre sua reprodução e a criação de seus filhos.

Gerda Lerner (2021) apontou que o patriarcado e o sexismo foram os precursores das relações sociais pelo mundo, a serviço do fortalecimento do capitalismo. A sujeição das mulheres foi um indicativo para a instauração da escravidão, pois, por meio da exploração, faturamento sob seus corpos, impregnando também em suas mentes a dinâmica de subjugação, essa lógica seria perpetuada a todos os seus descendentes, de geração para geração (FREITAS *et.al.*, 2022). A intelectual negra norte-americana bell hooks (2022) apontou que, no processo de mestiçagem, escravizados identificados como “mulatos”, provindos de estupros de mulheres negras escravizadas por homens brancos, eram vendidos mais facilmente e por preços mais caros. Esses mulatos também estariam à mercê de seus senhores para atender as demandas impostas a eles, indicando assim, a perspectiva de que os frutos da miscigenação também sofriam e ainda sofrem com as consequências da colonização.

Um estudo desenvolvido nos Estados Unidos identificou que as pessoas percebem a raça não como uma identidade única e consistente, mas como uma interseção de dimensões conflitantes (ROTH, 2016). O estudo diferencia diversos aspectos do significado de raça, abrangendo identidade racial, autoclassificação, raça observada, raça refletida, fenótipo e ancestralidade racial. A dimensão do impacto da concepção racial gera conclusões significativas sobre desigualdade racial, além disso o estudo sintetizou pesquisas sobre as múltiplas dimensões da raça, relacionando-as com literaturas específicas sobre colorismo e inferência de ancestralidade genética (ROTH, 2016). Ao se tratar da construção da identidade e pertencimento racial da população parda que se identifica como negra, Lago, Montibeler e Miguel (2023) apresentam em seu estudo o tema do “pardismo” na sociedade brasileira, indicando os impactos e as consequências provindas da invisibilização da negritude de pessoas pardas, do qual a desracialização ou impedimento de vivenciar sua negritude também podem ser entendidas como formas de violências, sendo mais potencializadas quando associadas ao gênero.

Nessa perspectiva, é de suma importância discutir sobre a afirmação identitária como possibilidade de rompimento da discriminação no Brasil (EVERED *et al.*, 2023). Além disso, é necessário propagar a promoção do respeito ao se tratar de diferentes pluralidades compostas na população negra brasileira, respeitando assim a liberdade através do reconhecimento e do pertencimento racial, pois, identificar-se como pertencente a um grupo de ancestralidade africana contribui para a formação da identidade social (PAMPLONA; SILVA; ALMEIDA, 2022; WESCHENFELDER; SILVA, 2021).



EUGENIA, O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O PACTO COM A BRANQUITUDE

Após a abolição da escravidão no Brasil não foi proporcionada a integração da população negra à sociedade. Pelo contrário, nesse período foi realizada uma manobra política para transferir a mão de obra escrava para os imigrantes europeus livres, enquanto estes imigrantes europeus eram amparados financeiramente pelo governo para se acomodar no país (BENTO, 2022). Após a abolição da escravidão, o povo negro foi largado à própria sorte (SILVA, 2018). A segregação racial no Brasil deu-se principalmente pela desigualdade social, fruto do alijamento da população negra às condições básicas de sobrevivência: comida, moradia, saúde, educação, trabalho e acesso à qualidade de vida (COSTA; MALAQUIAS, 2020).

No período de 1910 a 1940, com o número crescente de negros (pretos e pardos) na sociedade brasileira, entusiastas eugenistas começaram a inserir a supremacia branca ao movimento sanitarista no país, fortalecendo a ideia de “conserto da nação” a ser implantada, com o intuito de esterilizar a população negra, mestiça e indígena do Brasil. Embranquecer cada vez mais a população para conter os efeitos da mestiçagem no país, era o plano vigente. Renato Kehl, Belisário Penna, Azevedo Amaral, dentre outros higienistas da época, buscavam a “purificação” e a “salvação” do povo brasileiro alegando que as mazelas do país se davam devido à mestiçagem e à prevalência das raças inferiores no país (SOUZA, 2022; TAMANO, 2022).

Gilberto Freyre (1900-1987) dedicou-se a interpretar as relações sociais da sociedade brasileira, sendo reconhecido no Brasil e no exterior por suas pesquisas. No entanto, suas interpretações apresentavam uma visão romantizada do alijamento da população negra brasileira, com base em sua visão positivista, criando assim o mito da democracia racial, a qual alegava que no Brasil prevalecia a igualdade de oportunidade a todos os povos sem distinção de raça ou etnia (FREYRE, 2001). Esse modo de funcionamento do mito da democracia racial deposita nas pessoas, principalmente ao se tratar das pessoas negras, a responsabilidade pela própria ascensão social, eximindo assim, a responsabilidade do governo na manutenção da dinâmica social da população brasileira (DAFLON, 2018; HARRIS, 2022).

Florestan Fernandes (1920-1995), importante sociólogo marxista, dedicou-se a pensar nas peculiaridades do Brasil e em que o país poderia se tornar. O autor explicitou que a estrutura capitalista racista se solidifica na exploração dos oprimidos mediante a hierarquização de classe e raça. Fernandes (2017) identificou, junto a diversos teóricos no projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as relações de desigualdade social no Brasil, constatando que o negro é o mais alijado nesse processo. Ao apontar as fragilidades da sociedade brasileira, a farsa da democracia racial cai por terra e, assim, não se aceita a ideia de que a abolição da escravidão tenha



de fato ocorrido em 1888, elucidando que na estrutura brasileira, melhores oportunidades de trabalho e de qualidade de vida não são possibilidades disponíveis aos negros, os impossibilitando o acesso ao direito à cidadania e perpetuando o *apartheid*.

Ao se tratar do racismo é imprescindível que também se discuta sobre branquitude. Branquitude é um termo utilizado para referenciar uma espécie de pacto narcísico, verbalizado ou não, o qual tem como objetivo a perpetuação e manutenção de privilégios e poder para que os brancos e suas futuras gerações possam usufruir das vantagens acumuladas por meios de exploração de grupos racializados (HILÁRIO; LIMA, 2023; MICHELI, 2021). Nessa mesma esteira, o pacto com a branquitude, conforme descrito por Cida Bento (2022), se faz vigente na sociedade sendo repassada de geração para geração, uma vez que a sustentação deste pacto garante a manutenção de privilégios para os seus em detrimento das outras raças tidas como inferiores. Lélia Gonzalez (1935-1994) foi uma intelectual feminista negra brasileira que se dedicou a pensar as pluralidades da realidade da população negra brasileira, nas décadas de 1940 a 1970, com base na crítica à propagação do mito da democracia racial e à teoria da hierarquia das raças (GONZALEZ, 2020). Naquele período, as desigualdades raciais do povo brasileiro se tornaram discrepantes. A autora olhou o mulato (de pele clara e escura) também através da ótica das sequelas dos impactos do racismo que se fazia presente na estrutura do Brasil no período pós abolição. A pensadora defendia, junto ao Movimento Negro Unificado (MNU), a ideia de união entre o grupo: “chamamos pretos, pardos e mulatos, todos, de negros” (GONZALEZ, 2020, p. 207).

Em 1945 a intelectual negra brasileira Virgínia Bicudo (1910-2003) realizou um estudo para avaliar as relações raciais entre pretos e mulatos. Em sua pesquisa percebeu que os negros de classe socioeconômica inferior expressavam mais antipatia aos próprios negros, sendo eles pretos ou mulatos, do que aos brancos. A autora identificou nos mulatos de classe financeira inferior a recusa em se comparar a pessoas de cor e, nos casos de mulatos das classes intermediárias, observou sentimentos de inferioridade advindos de seus traços negróides que os afastavam do ideal branco. A Frente Negra Brasileira (FNB), para fortalecer a população negra (pretos e mulatos) contra barreiras provindas do mito da ascensão social por causa da cor, defende que, através de conscientização, os mesmos alcancem mais participações políticas, mais valorizações enquanto grupo de cidadãos, sendo, assim, reconhecidos socialmente (BICUDO, 2010).

O PARDO E O LIMBO RACIAL

A população parda brasileira carrega consigo dificuldades singulares: o não-lugar e a dificuldade de pertencimento social. Dentro do grupo da população parda que se (re)conhece negra, e fora dela, a



dificuldade de pertencimento e a presença de conflitos são suas principais características, pois “nem preta, nem branca”, ao se identificar como consciente racialmente podem escutar de negros retintos:— “*Você não é negra, você é parda!*” — “*Ah! Nem preto você é!*”. O limbo racial simboliza a característica mais marcante que destina às pessoas pardas “um (não) lugar onde pardos estão, cuja característica principal é a ausência de identidade e consciência racial a partir dessa, outras peculiaridades são geradas” (GOMES, 2019, p. 13).

Atualmente, vozes plurais têm surgido na sociedade, apresentando mais debates sobre letramento racial, pois, essas dificuldades provindas do apagamento histórico exercem uma espécie de limbo, principalmente na população parda. Matos e França (2021) indicaram em sua pesquisa os impactos da socialização étnico-racial e seus efeitos na formação da identidade racial, incluindo as consequências do racismo enfrentado por estudantes negros. O estudo também buscou analisar associações entre cor da pele, socialização étnico-racial, identidade e experiências de racismo vivenciado por estudantes negros. A pesquisa identificou que a inclusão de conhecimentos afro-brasileiros e africanos no processo de educação gera impacto positivo na valorização da identidade dos indivíduos, assim como impactos de positividade na sociedade brasileira. O letramento racial, segundo Lia Vainer Schucman (2020), diz sobre o conhecimento e/ou a alfabetização racial, visando analisar a estrutura racial em que o país se encontra, assim como a identificação de como a branquitude se configura e como perpetua sua manutenção de privilégios em detrimento de grupos não brancos. Considerando a compreensão do desenvolvimento contínuo do racismo no Brasil e sua persistência no dia a dia da sociedade, destaca-se que investir em educação antirracista emerge como uma estratégia promissora para enfrentar esse cenário (MATOS, 2022).

No Brasil, fatores como a miscigenação, fronteiras raciais maleáveis e a estigmatização da negritude costumavam levar os indivíduos a realinhar suas identidades em direção à branquitude. Contudo, nos últimos anos, observa-se uma nova tendência de reclassificação em direção à negritude entre os brasileiros. Micheli (2021) argumenta que essa reviravolta inesperada é uma consequência não intencional da expansão educacional promovida pelo Estado nas classes socioeconômicas mais baixas. O aumento do acesso à educação tem exposto os cidadãos a novos dispositivos móveis, informações, redes sociais e oportunidades de trabalho, induzindo muitos indivíduos a desenvolverem identidades políticas racializadas e assim, mesmo que tardiamente, esses passam a se (re)conhecerem como negros e lutar pelo resgate de suas ancestralidades *afrodiapóricas*.

Dentre as complexidades inerentes à constituição da sociedade brasileira, muitas reflexões ainda se encontram em aberto, das quais a diversidade racial brasileira e o dilema de ser pardo têm sido apontados por muitos teóricos como um fenômeno que ainda precisa ser mais explorado (TEIXEIRA,



2021). A letra da música de *rap* dos Racionais MC's (2002), "Negro drama", foi feita justamente para falar com vários públicos, denunciando de diversas perspectivas a realidade da vulnerabilidade da população negra (pretos e pardos) brasileira (TAFURI, 2022). Na letra de *rap*, também é evidenciada a diversidade da população negra brasileira. Em alguns versos da música, Mano Brown faz referência à sua cor parda como forma de pertencimento: "Um bastardo, mais um filho pardo sem pai"; "pele parda e ouço funk". Mano Brown se vê pertencente ao grupo negro e durante seus 30 anos de carreira sempre lutou por sua negritude, identificando sua cor parda e o seu pertencimento à concepção de raça negra, evidenciados também na música: "*Eu num li, eu não assisti, Eu vivo o negro drama, Eu sou o negro drama, Eu sou o fruto do negro drama*" (RACIONAIS MC's, 2002).

A escolha da música dos Racionais MCs e a referência ao Doutor Honoris Causa Mano Brown, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), facilitam a visualização dos esforços que a população exerce ao se identificar como negra. O fruto desse drama tem consciência, tem vida, tem cara, tem cor, tem pele e necessita lutar por sua negritude cotidianamente. A deslegitimação da identidade racial da população parda, que se identifica como negra, gera sofrimento. Rocha e Alcântara (2022) acreditam que é preciso escutar as pessoas pardas diante de seus posicionamentos ideológicos, pensando como perspectivas de uniões e colaborações de mais representatividade política e social.

Deste modo, a forma como somos inseridos na sociedade também perpassa pela nossa experiência familiar: a psicologia compreende que a família exerce a primeira representação social no desenvolvimento de uma criança (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Apresentando as formas como as vivências raciais também atravessam as famílias brasileiras, Shucman (2023) mostra em sua pesquisa com famílias inter-raciais, um capítulo sobre "A cor de Amanda: entre branca, morena e negra". A autora analisa, por meio de entrevistas, como as questões de cor, raça e racismo são vividos e significados por diferentes membros da família, como essas informações são transmitidas entre gerações e observou o impacto psíquico nessas relações. Na entrevista em questão, a pesquisadora precisou reformular a pergunta sobre como Amanda se identificava racialmente de diversas formas, pois Amanda não conseguia responder a essa questão. A mãe de Amanda é negra e o pai é branco, a mãe oscilou em suas respostas acerca da identificação racial da filha e o pai se manteve firme ao dizer que a filha era branca. Para fugir de embates, Amanda se esquivava de responder à indagação sobre sua cor, porém, quando sentiu segurança para falar relatou que evitava responder à pergunta por medo de sofrer represálias por parte das amigas mais retintas militantes do Movimento Negro, assim como às inúmeras discussões que já ocorreram em sua família, em especial por parte do pai que a enxergava como branca. No entanto, Amanda se via como negra de pele clara, uma vez que, de acordo com seu relato, seus cabelos eram crespos, não ficava vermelha quando se expunha ao sol e se identificava racialmente pertencente ao



grupo negro. Esse texto elucida as dificuldades de Amanda de se colocar e de ter o seu espaço de fala respeitado ao se referir à sua própria negritude, uma vez que a mesma se identifica como uma mulher negra.

APAGAMENTO HISTÓRICO, RACISMO ESTRUTURAL E OS IMPACTOS NA CONCEPÇÃO DE SER NEGRO NO BRASIL

O apagamento histórico da população negra brasileira se deu de muitas formas, até no próprio processo de abolição da escravatura. Após diversas lutas em busca da liberdade do povo negro com interlocutores como Dandara, Zumbi dos Palmares, Luísa Mahin, Zacimba Gabaa, José do Patrocínio, Luís Gama, Francisco José do Nascimento — conhecido como o Dragão do Mar —, dentre vários outros guerreiros que contribuíram para a liberdade do povo brasileiro, eles tiveram seus méritos apagados da história da abolição da escravatura no Brasil (ALVES-BRITO, 2022; RAMINELLI, 2023).

Nesta perspectiva, o mérito da liberdade do afro-brasileiro foi atribuído à Princesa Isabel na data de 13 de maio de 1888, quando foi decretada a Lei Áurea n.º 3.353 (BRASIL, 1888). No entanto, a conquista da liberdade do povo afro-brasileiro deu-se através de muita luta, resistência e pressões políticas de outros países, até chegar ao ponto de o governo precisar ceder, rompendo com a falácia de que o povo brasileiro tivesse esperado a liberdade passivamente (PAIVA, 2021).

O apagamento histórico juntamente com o racismo estrutural se fez e se faz presente na história da população negra de muitas formas, que não deixaria de ter seus impactos também dentro da relação inter-racial familiar. Existem poucos estudos acerca da educação racial de forma geral no Brasil, e menos ainda ao se tratar de letramento racial dentro de famílias inter-raciais, assim como nas escolas e nas áreas de educação.

O conceito de racismo estrutural, conforme delineado por Almeida (2019), implica em sua presença enraizada nas próprias estruturas sociais, configurando-se como uma norma de conduta social. No contexto brasileiro, essa forma de discriminação sistêmica remonta à história do país, moldada pela exploração e escravidão dos povos originários e africanos. Essas raízes históricas ecoam de maneira persistente evidenciando-se na manutenção dos privilégios da branquitude às custas da exploração e marginalização de determinados grupos (SILVA; ARRUDA, 2023).

O Brasil foi moldado por uma cultura que, de maneira estrutural, é permeada pelo racismo. Esse não é apenas um fenômeno do passado, mas uma força presente que influencia várias esferas da vida cotidiana. A construção da cultura brasileira está intrinsecamente ligada a essa base estruturalmente racista (GOUVEIA; ZANELLO, 2019), que impacta não apenas as relações interpessoais, mas também



as instituições e políticas públicas. Reconhecer e compreender essa realidade é crucial para promover mudanças significativas e enfrentar as desigualdades enraizadas na sociedade (CHRISTIAN, 2019).

No desenvolvimento psicossocial de crianças pardas brasileiras prevalece a regra da branquitude, dado o modo como a dupla etnia é apresentada como negativa, ou seja, age-se deliberadamente para que a ancestralidade negra não seja vivenciada e tampouco vista (SILVA *et al.*, 2023). Os traços que elucidam a negritude não são ensinados para a população brasileira, pelo contrário, há fortes apelos ao embranquecimento, tais como, alisar os cabelos ou deixar os cabelos sempre o mais baixo possível, mudar o estilo de vestimenta, assim como mudanças ou ausências de expressões culturais como música, dança, artes e expressões de fé e crenças que de forma geral indiquem qualquer traço da potência da história afrobrasileira.

Um estudo com crianças e adolescentes em fase escolar identificou que crianças com faixa etária entre 6 e 11 anos já percebem a valorização ou desvalorização de determinados grupos raciais. O estudo mostrou que o grupo negro foi identificado pelas crianças com a concepção de desvalorização e menos referencial positivo, enquanto o branco teve concepção mais positiva acerca destes grupos. Os autores chamam a atenção para a necessidade urgente de formas positivas de representações de outros grupos raciais na educação e na sociedade brasileira e principalmente estudos que discutam sobre o desenvolvimento da identidade racial de crianças pardas no Brasil (MOREIRA-PRIMO; FRANÇA, 2023).

Neusa Santos Souza assinala que, além do apagamento dos traços na construção da história da população negra (pretos e pardos), há, ainda, uma constante influência do ideal da branquitude na estética da sociedade brasileira, impelindo o apagamento da identidade ou vestígio de sua negritude. Com isso, nega-se o próprio corpo e a própria cultura, o que gera um custo emocional gigantesco (SOUZA, 2021). Nesta lógica, Virgínia Bicudo salienta que esses impactos são sentidos pela população negra desde muito cedo, “principalmente da infância, consideram-se inferiores, feios, e se sentem envergonhados por sua origem” (BICUDO, 2010, p. 158).

Ao falar da construção do ser negro no Brasil, é fundamental mencionar Sueli Carneiro, especialmente por sua tese de doutorado que se transformou em um livro significativo: “Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro Como Não Ser como Fundamento do Ser”. Esse livro é um recurso importante para compreender o impacto da racialidade na construção da identidade negra no Brasil e ao se pensar em como o conhecimento histórico, social e acadêmico foi construído por perspectivas eurocêtricas e coloniais, influenciando a forma como as pessoas se veem e veem os outros e assim resultando na exclusão sistemática do negro e na privação de positivação na construção de sua identidade negra.



As restrições impostas pelo conceito de racialidade são diversas. O indivíduo negro é proibido de ser reconhecido como ser humano, sujeito, titular de direitos, figura moral, política e cognoscente. Essa proibição funciona como um mecanismo de exclusão, manifestando-se tanto nas expressões verbais quanto nas práticas sociais resultantes da categorização de pessoas e grupos como anormais, situando-os na esfera do não ser, da natureza e da irracionalidade (CARNEIRO, 2023).

Corroborando o que foi apresentado neste referencial teórico, o Doutor Mano Brown, em um episódio de seu *podcast* “Mano a Mano”, em que recebeu Regina Casé (2023) como convidada, fala sobre as dificuldades que as pessoas pardas que se identificam como negras vivenciam. Na entrevista, o Doutor destaca que a identificação do pardo é vista de forma negativa “é sempre o **mão** branco do bando, é o caguete” e pontua que a população mais traumatizada com a raça é o pardo, sendo tão difícil quanto para o mais retinto: “O mulato é o cara que você vai provavelmente passar pela porta 10 vezes e não vai nem ver ele, ele nem é preto para você olhar”. O mesmo descreve que a população parda é completamente invisível. O Dr. Mano Brown diz que fala como: “Ah! Você não é preto, você não é nada, portanto, fica quieto aí”. Gera um sofrimento e despertencimento e que ao fazer isso “Você matou o cara, você matou a massa, a maioria do povo, você isolou, falou: **você não tem direito a falar, você não é nem isso, e o resultado é deixar a massa negra sem falar**” (destaque próprio). Nessa esteira, o presente estudo se debruçou sobre a análise temática dos comentários às manifestações compartilhadas abertamente no *Instagram* sobre questões envolvendo a participação de pardos nessa mídia, no que tange ao tema da legitimidade no reconhecimento de sua identidade racial.

MÉTODO

O método adotado neste estudo é a netnografia, que no caso tem como base a análise das interações na mídia *Instagram*. A netnografia é uma metodologia de pesquisa oriunda da etnografia que visa estudar a cultura através dos ambientes virtuais. Por meio dela é possível revelar e analisar a compreensão de como as pessoas se autoapresentam e se relacionam culturalmente por meio dos ciberespaços. Os aspectos éticos realizados nesta pesquisa netnográfica se fizeram vigentes uma vez que:

O uso de conversas espontâneas na pesquisa, se reunidas em um local publicamente acessível, não constitui pesquisa com seres humanos de acordo com a *Code of Federal Regulations*. Se a pesquisa envolve coletar e analisar documentos ou registros existentes que estejam publicamente disponíveis, ela se qualifica para dispensa de seres humanos (KOZINETS, 2014, p. 133).



Segundo o Comitê de Ética em Pesquisa (2020) da FIOCRUZ, a pesquisa documental em ambientes virtuais consiste em:

Pesquisas em páginas públicas na *Internet* que não requerem inscrição ou autorização do administrador para se ter acesso ao conteúdo, dispensam avaliação ética e o registro de consentimento. São exemplos aquelas pesquisas realizadas em websites, blogs, Youtube etc (COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA, 2020, p. 9-10).

Sendo assim, esta pesquisa é do tipo documental, destacamos que não houve interação com as comunidades virtuais em páginas abertas.

Procedimentos metodológicos

O procedimento de coleta de dados consistiu na recolha de comentários da mídia *Instagram* escritas em reação a postagens de celebridades do cenário artístico brasileiro que se declararam negros. O problema investigado consiste em analisar através das interações de postagens de comunidades virtuais do *Instagram* se há a presença de dificuldades vivenciadas pelas pessoas pardas ao se (re)conhecerem como negras no Brasil. Este estudo visa descrever e interpretar a dinâmica de comentários registrados diante de publicações de pessoas pardas que se identificam como negras e se manifestam no *Instagram*. O *Instagram* é uma mídia virtual de compartilhamento de fotos e vídeos instantânea entre os seus usuários. Essa rede social é responsável por promover um grande impacto no comportamento e nos hábitos de seus 113,5 milhões de usuários pelo mundo (APROBATO, 2018). A parcela da *internet* que será estudada neste artigo consiste em comunidades, a partir de suas postagens e comentários que se referem às pessoas pardas que se identificam como negras. Este artigo não aborda os pardos resultados da mistura entre negros e indígenas, nem os pardos provindos da mistura entre indígenas e brancos, devido à amplitude e complexidade dessas temáticas.

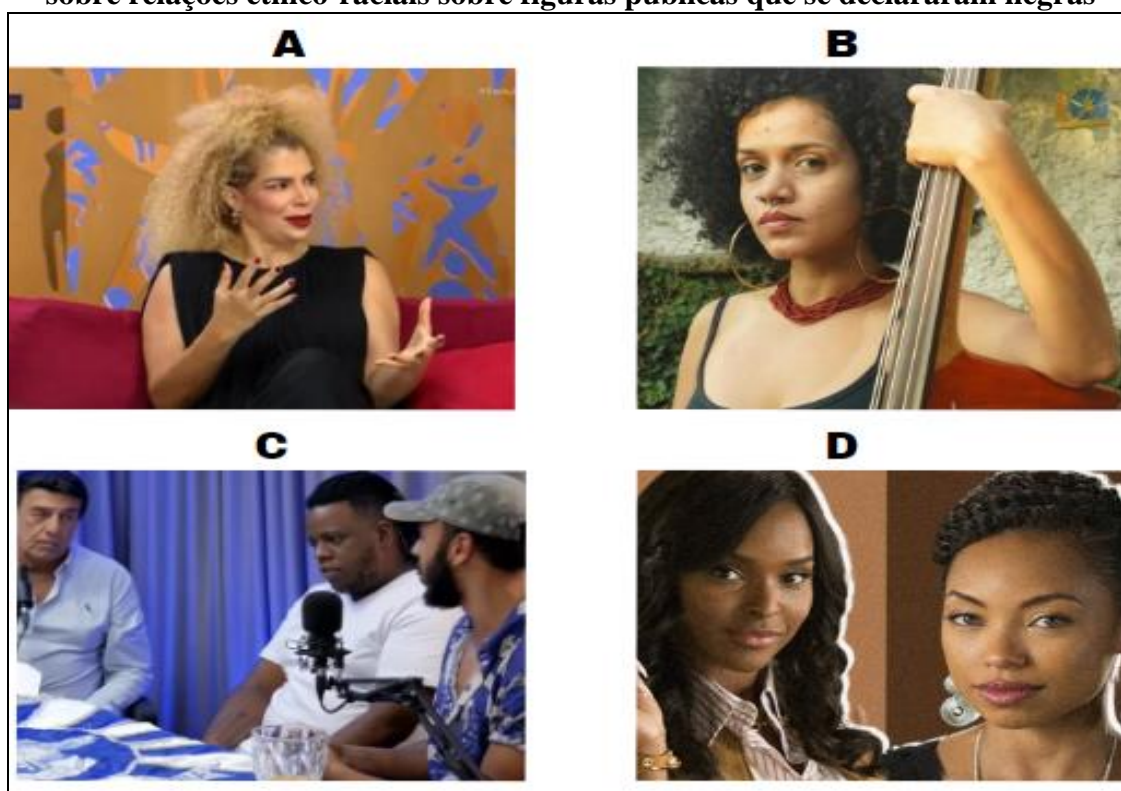
A coleta de dados foi realizada em páginas abertas do *Instagram* que discutiam temáticas raciais, usando #pardo e #negro para selecionar as páginas, imagens e comentários sobre o tema. Os dados foram coletados manualmente entre os dias 09 de outubro e 25 de novembro de 2023, através de *prints* que ajudaram a atingir o objetivo da pesquisa. Em seguida, as respostas das interações foram literalmente copiadas para a realização da análise temática dos resultados.

O procedimento de análise de dados adotado foi a análise temática reflexiva (BRAUN; CLARKE, 2012). A análise temática é um conceito que visa investigar e anunciar padrões e temas, mapear conceitos, hipóteses, significados e convicções no desenvolvimento de um tema suscitado diante de narrativas qualitativas (CONCEIÇÃO, 2021).



Para este estudo foram selecionadas as reações dos internautas diante de quatro postagens (vide Figura 1). Os dados foram coletados através de comentários às postagens e de *prints*. Os dados foram codificados com auxílio do *software* de análise qualitativa MAXQDA e interpretados através da análise temática de Braun e Clarke (2012). As interações identificadas nas páginas abertas do *Instagram* foram primeiramente separadas por cada postagem. Após análise e codificação das famílias e temas alcançados através da análise temática, todas as respostas foram utilizadas e reutilizadas para a elaboração dos resultados e discussão, sendo sinalizadas com a identificação de qual postagem a mesma foi retirada (ou seja, postagem A, B, C ou D, onde A.1 se refere ao primeiro comentário analisado da postagem A, e assim sucessivamente).

Figura 1 - Postagens selecionadas de perfis de referências sobre relações étnico-raciais sobre figuras públicas que se declararam negras



Fonte: GNT; Edu Luz; YouTube; Alma Preta.

Postagem A: “*Não me tire a única coisa que eu sei sobre mim, que eu sou preta*”. A cantora Vanessa da Mata no programa “Saia Justa” no GNT, afirmou que demorou a se reconhecer como uma mulher “preta”. A fala da cantora gerou diversos debates também nas redes sociais. Os comentários a essa postagem foram feitos pelos Internautas A.1 a A.46.

Postagem B: *Lua Bernardo descobriu ser negra só depois dos 25 anos*. A musicista Lua Bernardo participou de uma entrevista para a BBC News, e sua imagem começou a circular nas redes



sociais, especialmente no *Instagram*. Diante da repercussão do caso, uma comunidade no Instagram abordou a história de Lua, buscando interagir com os internautas sobre a questão de se descobrir negra após os 25 anos. Na entrevista à BBC News, Lua compartilhou que é fruto de uma relação inter-racial, mas teve sua herança negra negada devido à prevalente cultura de embranquecimento da população brasileira. Na legenda do *post* que acompanhava a imagem de Lua, a comunidade virtual utilizou a seguinte expressão: “[...] pronto! Mais um chá revelação da negritude meus amigos [...]”. Os comentários a essa postagem usados para a análise foram feitos pelos Internautas B.1 a B.20.

Postagem C: Durante um episódio do *podcast* “Só se for agora”, apresentado pelo presidente da Liga Independente das Escolas de Samba (Liesa), Jorge Perlingeiro, um dos carnavalescos da Portela, Antônio Gonzaga, foi questionado pelo apresentador sobre sua identidade racial. “Você é negro, preto? Precisamos dar uma tinta em você, que você está muito clarinho, você não está com essa negritude toda”, disse Jorge Perlingeiro após Antônio sinalizar que ele e André Rodrigues são dois carnavalescos pretos trabalhando juntos pela primeira vez. Os comentários a essa postagem usados para a análise foram feitos pelos Internautas C.1 a C.7.

Postagem D: Diante da imagem de duas personagens da série “Cara Gente Branca”, uma página do *Instagram* utilizou a seguinte legenda: “Os moldes da estrutura social racista, quanto menos traços negros uma pessoa tiver e quanto mais clara for a sua pele, mais e melhor aceita ela será em diversos grupos. Ser negro é um crime apenas pela pessoa existir”. Os comentários a essa postagem usados para a análise foram feitos pelos Internautas D.1 a D.16.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos quatro casos escolhidos, foram selecionados os comentários e as reações tanto favoráveis quanto desfavoráveis às postagens, que se constituíram nos dados de análise do estudo. Os dados foram submetidos à análise temática que obedeceu as diversas etapas de execução, isto é, após a devida familiarização com o corpo de dados, os mesmos foram codificados, revisados, agrupados e reagrupados em temas, o que resultou na construção de cinco temas: 1) Tornar-se negro: “*Qual o problema de ela ter se entendido como negra mais tarde?*”; 2) O não-lugar do pardo: “*Mais uma vez as pardas tirando o lugar das negras*”; 3) Tribunal racial cibernético: “*A autodeclaração abre inúmeras portas para afroconvenientes!*”; 4) Reações ao racismo estrutural: “*A sociedade se encarrega de nos lembrar todo santo dia*”; e 5) Convite ao aquilombamento: “*Mesmo com tonalidades diferentes, nossa origem é a África*”. A seguir, serão analisados cada um dos temas com base nas postagens dos internautas.



Tornar-se negro: “Qual o problema de ela ter se entendido como negra mais tarde?”

Este tema abarca comentários que problematizam o reconhecimento da identidade racial tardia trazendo, de um lado, posições de pessoas pardas que se descobriram negras e, de outro lado, críticas a esse tipo de autodeclaração, vindas sobretudo de pessoas pretas. A principal crítica traz como argumento central que a pessoa já nasce com uma determinada cor que define sua identidade racial: “A pessoa não se descobre, nasce e pronto!” (Internauta B.1); “Não consigo engolir essa de “me descobri negro” pois quem é já nasce sabendo” (Internauta B.2); “Quem é negro sabe que é desde criança, pelas coisas que passa na vida” (Internauta A.39); “Hoje elas se identificam como mulheres pretas mas, antes como foi essas infâncias?” (Internauta A.2). Há também quem conteste essa posição: “Qual o problema de ela ter se entendido como negra mais tarde?” (Internauta B.3), também identificamos internautas que consideram esse um tema delicado: “Conheço tantas no Brasil que ainda não se descobriram... tema sensível” (Internauta B.4).

Alguns dos comentários críticos beiram o sarcasmo: “Chá revelação da negritude” (Internauta B.5); “a partir de hoje decidi ser asiático então” (Internauta B.6); “Agora virou modinha todos se assumirem” (Internauta A.3); “Eu estou de saco cheio desse mimimi” (Internauta A.4); “Demorei a me reconhecer uma mulher preta...aff!” (Internauta A.5); “Quando você se descobriu, rrsrs?” (Internauta B.7); “Seu filho quer se preto haaaaa que ironia” (Internauta B.8). Outras postagens sugerem que essas pessoas estão agindo de má fé, se apossando de privilégios nesse lugar: “Pra mim isso é claramente uma apropriação” (Internauta A.6); “Inclusive, está dentro de um privilégio da branquitude, poder “se reconhecer preta” e não sofrer as consequências disso” (Internauta A.7); “Os pardos se aproveitando da pauta negra pra se promoverem” (Internauta B.9); “Francamente é muita cara de pau ver 2 mulheres nitidamente “não pretas” usando do seu lugar de privilégio, poder e dinheiro pra pisar na nossa cabeça” (Internauta A.8).

Há nitidamente uma disputa de legitimidade na autodeclaração da identidade negra, que, para além do nascimento, discute o pré-requisito da afiliação ou origem familiar: “Eu sou filha de pai negro, tenho cabelo cacheado, tudo e nem por isso me acho preta/negra” (Internauta A.9); “Ser filha de um homem negro não a faz ser negra ou preta, enfim” (Internauta A.10); “anh? Ser filha de um pai preto não a faz ser negra???? Não gente eu não li isso” (Internauta A.11); “Reconhecer a ancestralidade africana - super ok!” (Internauta A.12); “e precisamos falar de pessoas pretas que não aceitam pardos como negros. Falo pq cansa. Toda hora me afirmar como negra, me ver como negra, de mãe preta, história preta” (Internauta D.4).



O racismo brasileiro é reconhecidamente fenotípico ou, como é mais conhecido, racismo de marca (NOGUEIRA, 2007), isto é, o que diferencia os brancos dos negros e o que determina os privilégios de uns em detrimento dos outros são as marcas ou fenótipos da negritude. Nessa direção, salienta uma internauta: “*se não tiver traços negroides não faz sentido mesmo. Isso é sobre como a maior parte da sociedade te enxerga e principalmente como você se enxerga em reflexo a isso*” (Internauta A.44).

Já em 1983, com sua dissertação de mestrado, e mais recentemente com sua célebre obra “Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social”, Neuza Santos Souza (2021), autora negra pioneira em abordar o tema do racismo no Brasil, desafia a narrativa da democracia racial ao explorar a construção da identidade emocional dos negros em ascensão social, escancarando a dura e dolorosa realidade da introjeção do “desejo de ser branco” por negros/as. A autora apresenta uma saída política via posituação da identidade racial negra e reforça a necessidade de descolonização do pensamento e reconhecimento da contribuição histórica de autores negros, especialmente em um contexto atual de crescente engajamento antirracista.

Nessa esteira, uma das internautas que se descobriu negra comenta de forma sensível a complexidade da vivência do racismo estrutural na própria pele. Aqui constatamos como o racismo sutilmente trata de forjar a identidade racial de indivíduos pardos com base no modelo da branquitude, imprimindo sua marca e traços ao longo do processo de socialização:

Eu me incomodo um pouco com o colorismo, porque foi justamente por não me acharem tão “preta” que a minha própria família tentou me tornar mais “branca” alisando meu cabelo aos 8 anos, me forçando a colocar lente de contato colorida. Ouvir sua mãe dizer “minha filha não é preta, é moreninha” Ouvir as pessoas falarem “Nossa, sua pele é um tipo de “morena clara” e você tem traços finos. Isso me deixava confusa, porque eu sofria racismo também e ainda sofro (Internauta D.7).

Há também entre os internautas quem tenha consciência de tal processo, rebelando-se contra essa dominação e resistindo ao branqueamento: “*Não existe preto clareado, nunca vou aceitar o embranquecimento da minha cor*” (Internauta A.45).

O não-lugar do pardo: “*Mais uma vez as pardas tirando o lugar das negras*”

O não-lugar do pardo é vivenciado por diversos atravessamentos e interseccionalidades. A falta de visibilidade e de pertencimento social se torna parte do dilema do pardo. Conforme apresentado por Gomes (2019), o limbo racial é um exemplo, já que promove a sensação de não ser aceito como



pertencente ao grupo branco, assim como também de não ser aceito pelo grupo negro. Esse não-lugar gera ausência de pertencimento identitário racial e social, como é apresentada na seguinte interação:

Os pardos, os mestiços estão fodidos. Nunca serão negros o suficiente para os pretos (que invariavelmente os atribuem responsabilidade por um tal “privilégio” na sociedade racista), mas tbem nunca serão considerados brancos pelos brancos. Por falar em “privilégio”, gostaria de saber a opinião de um mestiço da periferia de São Paulo de uma favela do Rio de Janeiro ou da baixada de Belém (Internauta D.5).

Da mesma forma que foi abordado no livro “Famílias Inter-Raciais - Tensões entre Cor e Amor”, de Lia Vainer Shucman (2023), no capítulo intitulado “A Cor de Amanda”, a participante Amanda demonstra resistência ao discutir sua identidade racial. Ela receia possíveis represálias, tanto de seu pai, identificado como “branco”, quanto de suas amigas de pele mais escura. Essa hesitação também se reflete nas interações observadas nas postagens do Instagram, onde uma internauta expressa: “É difícil entender o processo de ser branca demais para ser preta e preta demais para ser branca” (Internauta A.13). Neste cerne, a mãe de Amanda, também oscilava em suas respostas diante de como identificar a filha racialmente, ora a via como branca, ora a via como negra. Nessa entrevista, a mãe chama a atenção por também se sentir confusa em como identificar a filha racialmente. De forma semelhante, foi possível identificar na interação de uma das postagens: “...Ouvir sua mãe dizer minha filha não é preta, é moreninha. Ouvir as pessoas falarem Nossa, sua pele é um tipo de morena clara e você tem traços finos. Isso me deixava confusa, porque eu sofria racismo também e ainda sofro. Difícil!” (Internauta D.7).

A construção da identidade racial das pessoas pardas foi profundamente impactada, principalmente pelo apagamento histórico, tendo como impactos principalmente a invisibilidade e a negação de sua ancestralidade negra ao longo do tempo. Esse processo de ocultação da herança étnica pode resultar em um reconhecimento tardio e muitas vezes difícil da negritude. Essa perspectiva ressalta a complexidade de identificação e integração das pessoas pardas em relação à sua herança étnica e social. Tal situação, muitas vezes, é corroborada pelas interações diárias em que indivíduos pardos são confrontados com expectativas, estereótipos e pressões sociais relacionadas à sua identidade racial. Essa perspectiva encontra eco nas seguintes interações: “Preto demais pra ser branco, branco demais pra ser preto, demorei pra sacar que estavam tentando roubar minha identidade” (Internauta A.14); “Pela clara não nos dá 100% de passibilidade social. De um lado temos o privilégio, do outro o desprezo por brancos e pretos, uma lástima” (Internauta D.6). Diante dessas interações, é possível observar a necessidade de se ampliar o debate sobre raça no Brasil. Isso se deve à grande complexidade na construção das identidades raciais, demandando perspectivas mais inclusivas e abrangentes sobre a



negritude e suas lutas. Lélia Gonzalez (2020) conseguiu perceber as complexidades da sociedade brasileira muito além de seu tempo. Segundo a autora, devido ao racismo estrutural e ao impacto significativo da miscigenação no país, uma vasta gama de tons de pele foi propiciada, levando muitas vezes as pessoas classificadas como “pardas” a enfrentarem discriminação semelhante àquelas categorizadas como “negras”. Por isso, a autora defendeu a necessidade de inclusão dos “pardos” na categoria “negro”, uma ideia apoiada tanto por ela quanto pelo Movimento Negro Unificado (MNU).

Conforme apontado pelo Dr. Mano Brown (2023), o indivíduo pardo frequentemente terá sua identidade questionada ou menosprezada. As perspectivas apresentadas pelo autor também se fizeram presentes nas interações do *Instagram*, com comentários que demonstram deslegitimação e disputa por esses espaços, conforme mencionado nos diálogos: “*O preto nunca terá sua identidade racial questionada. O pardo sempre terá*” (Internauta C.1); “*Os pardos se aproveitando da pauta negra pra se promoverem*” (Internauta B.9); “*e precisamos falar de pessoas pretas que não aceitam pardos como negros. Falo pq cansa. Toda hora me afirmar como negra, me ver como negra, de mãe preta, história preta*” (Internauta D.4); “*Mais uma vez as pardas tirando o lugar das negras*” (Internauta A.15); “*Quando a gente é preta, a gente não descobre de repente*” (Internauta A.21); “*Quem é negro sabe que é desde criança*” (Internauta A.22); “*Por favor, para de querer ganhar mídia com isso que tá feio*” (Internauta A.24); “*É cada uma, viu!! Depois ficam reclamando das fraudes!*” (Internauta B.11); “*A autodeclaração abre inúmeras portas para afroconvenientes!*” (Internauta B.10); “*hoje vemos mestiços forçando negritude onde não tem*” (Internauta A.16).

Nessa perspectiva de não pertencimento, identificou-se o deslocamento do indivíduo pardo para fora do grupo negro, conforme sugerido pelo título deste trabalho: “*Você não é negra, você é Parda*”. Essa situação torna-se evidente nas seguintes interações: “*Mas a teoria tenta distorcer a realidade, e hoje vemos mestiços forçando negritude onde não tem*” (Internauta A.19); “*não, negros são negros, pardos são pardos/mestiços e tá tudo bem*” (Internauta A.23); “*Francamente é muita cara de pau ver 2 mulheres nitidamente “não pretas” usando do seu lugar de privilégio, poder e dinheiro pra pisar na nossa cabeça*” (Internauta A.18); “*O triste, é ver uma preta retinta, que é e sempre será atravessada por questões tão sensíveis, não poder dizer uma palavra, porque é assim que o racismo, que a Bela nunca vai experimentar*” (Internauta A.20); “*Elas são pretas claras ou brancas escuras?*” (Internauta A.25).

No debate sobre a percepção de não pertencimento vivenciada pelos pardos, expressões como “*ser branca demais para ser negra e preta demais para ser branca*” ilustram a busca por uma visão mais plural diante dessa temática. Esse apelo por uma compreensão mais abrangente é evidenciado nas seguintes interações: “*dor é dor e traumas são traumas, não da pra nos separar por causa de mais ou menos traços, quem sofre mais ou menos, racistas são racistas e isso nunca muda, essa é a parada que*



a gente tem que focar em derrubar” (Internauta D.3); “O que (...) não entende é que os negros têm vários tons de cor de pele” (Internauta B.12).

Apesar de reconhecermos que o indivíduo mais retinto enfrenta diversos desafios diante da violência do racismo, concordamos que, em geral, quanto mais retinta a pessoa, mais suscetível está a essas formas de violência racial. Contudo, isso não diminui a necessidade de ampliar os espaços para visões e construções mais plurais dentro da população negra brasileira. Os pardos também enfrentam situações de violência e racismo, mas muitas vezes suas experiências e vozes são silenciadas, como expressado na seguinte interação: *“uma dor não invalida a outra” (Internauta D.1).* Sendo assim, a falta de escuta, a ausência de espaço e de representatividade social para pessoas pardas as colocam em uma posição constante de vulnerabilidade, o que pode resultar em diversos traumas (LAGO; MONTIBELER; MIGUEL, 2023).

Tribunal racial cibernético: “A autodeclaração abre inúmeras portas para afroconvenientes!”

Nesse contexto, ressaltamos a presença de interações que revelam características de confrontos verbais, nos quais os internautas assumem papéis de julgamento. Eles prescrevem quem pode ou não se considerar negro, estabelecem definições sobre o que é correto ou não, essencialmente apresentando seus julgamentos sob a forma de imposições de visão de mundo no 'tribunal racial' cibernético, conforme evidenciado nas interações: *“Ela não é negra, é parda” (Internauta B.13); “Vanessa nem é PARDA. Kkkk” (Internauta A.18); “Nenhuma de vcs são pretas” (Internauta A.27); “Você não é Preta! Sim Amarela” (Internauta A.28); “Vc é negra, não preta” (Internauta A.29); “Ambos negros, autodeclaração de cor preta e parda” (Internauta C.2); “Vanessa, vc precisa de terapia. Onde vc é preta???” (Internauta A.17); “muito mais próximas do branco, máximo mestiças” (Internauta A.26); “Vanessa está longe de ser uma mulher preta!” (Internauta A.29); “Gente desculpa a Vanessa e bela São mestiças longe de ser pretas” (Internauta A.30); “Nunca se olhou no espelho então KKKKKK pelamor kkkkkkkkkkkkkkkkkkk mimimi do cacete” (Internauta B.14).*

As postagens sobre quem é ou não considerado negro revelam comportamentos que exploram as tensões decorrentes das percepções sobre os privilégios associados à branquitude, o que fica evidenciado nas seguintes interações: *“Bela Gil não é mulher preta! Socorro! Não sabe e nunca saberá” (Internauta A.33); “Deve ser mt fácil ser NITIDAMENTE branca e se considerar negra, hahaha” (Internauta A.32); “E o pior de tudo é ver as pessoas “de pele clara” encorpando as atitudes racistas do pacto da branquitude! Precisamos falar disso também!!!” (Internauta D.9); “Por favor, para de querer ganhar mídia com isso que tá feio” (Internauta A.24); “Nenhuma das duas são negras...ridículas...querem*



lacrar” (Internauta A.46). Nessa perspectiva, o letramento racial desempenha um papel fundamental na compreensão da presença do preconceito racial, evidenciado nas falas anteriores por meio de formas de violência invisíveis, como indignação, sarcasmo e “brincadeiras”. É perceptível uma certa naturalização do julgamento alheio, o que abre espaço para reflexões sobre a compreensão da violência internalizada (PIMENTEL; HAUCK, 2021). A internalização da violência pelos indivíduos contribui para a reprodução e a manutenção do racismo estrutural na sociedade. É por meio do letramento racial que vislumbramos possibilidades efetivas de enfrentamento ao racismo (SCHUCMAN, 2020).

Nas falas dos internautas, foram identificadas diversas referências ao colorismo e à teoria da hierarquização das raças, a qual associa a maior ou menor negritude à tonalidade da pele. Isso foi mencionado conforme descrito a seguir: “*Colorismo, termo de acadêmico negro classe média a serviço do liberalismo*” (Internauta D.16); “*Sim. Mas não é como um negro retinto, de jeito nenhum*” (Internauta D.8); “*A que realmente é preta ali no meio tendo que fazer cara de paisagem ouvindo as pardas falarem que são negras*” (Internauta A.34); “*Não, não acho que devemos debater mais sobre colorismo*” (Internauta D.2); “*aonde eu sempre disse que o preconceito vem dos próprios negros*” (Internauta A.35). Colorismo é um termo utilizado para referenciar a discriminação pela cor da pele, identificada como formas de discriminação em que pessoas do mesmo grupo racial são tratadas de maneiras desiguais com base na cor da pele. Por este ponto de vista, entende-se que pessoas com tons de pele mais claros serão consideradas mais aceitas do que as pessoas mais retintas, tendo assim mais “aceitação” perante os brancos. No entanto, negros, mesmo com tons de pele mais claros, nunca serão plenamente aceitos pelos brancos e sim, talvez sejam apenas tolerados. Desta forma, a compreensão do colorismo no Brasil ainda está presente e é amplamente difundida na forma de estereótipos e hierarquização baseada na cor da pele, reforçando desigualdades e exclusão social de indivíduos de acordo com a tonalidade de suas cores (NASCIMENTO, 2022).

Reações ao racismo estrutural: “*A sociedade se encarrega de nos lembrar todo santo dia*”

O tema das reações ao racismo estrutural envolve também demandas emocionais diante do racismo típico enfrentado pelos internautas no Brasil. A compreensão do que constitui o racismo estrutural pode ser percebida ao considerarmos que o racismo está arraigado na própria estrutura da sociedade. Nesse sentido, o racismo não seria uma anomalia, mas sim o resultado das normas prevalentes na sociedade (BATISTA, 2018). Dessa forma, nas interações dos internautas, identificaram-se dois aspectos centrais: de um lado, expressões daqueles que sofrem com ações discriminatórias; de outro, vozes que representam atitudes opressoras. Isso se manifesta em relatos sobre



experiências de racismo, falas ofensivas e discursos carregados de raiva, sarcasmo, medo, indignação e contestação, conforme evidenciado nas seguintes interações: *“miscigenação é uma m***a mesmo, pretos retintos vai desaparecer por causa disso. Pretos só deveria se relacionar com preto”* (Internauta B.15); *“Quem é negro sabe que é desde criança, pelas coisas que passa na vida”* (Internauta A.39); *“Aff! Eu estou de saco cheio desse mimimi”* (Internauta A.37) *“O preto sofre muito preconceito e discriminação, já o negro de pele mais clara, quase nunca sofre”* (Internauta A.41); *“Se preto retinto não lutar ele vai desaparecer da sociedade brasileira, mais você é mestiço não entende isso que seu povo pode desaparecer de uma sociedade que ele foi forçado a construir”* (Internauta B.19).

Falas de cansaço e desesperança também se fizeram presentes *“A sociedade se encarrega de nos lembrar todos os santos dias”* (Internauta A.38); *“Isso é muito cansativo!!!”* (Internauta A.36); *“Branco Questionando a Negritude alheia é foda”* (Internauta C.3); *“são muitas portas fechadas em todos os âmbitos que vc pode imaginar. E quando a gente alcança um pouco além é o tempo todo as tentativas de invisibilizar e desqualificar você. Cansativo, e assim seguimos”* (Internauta D.11).

Também há falas que trazem questionamentos reflexivos, expondo o sofrimento de pessoas pardas que se identificam como negras. Isso nos leva a refletir sobre a importância de estudos que promovam representações positivas de diversos grupos raciais na educação e na sociedade brasileira. Especialmente relevantes são os estudos que discutem o desenvolvimento da identidade racial de crianças pardas no Brasil (MOREIRA-PRIMO; FRANÇA, 2023). Desta forma as falas dos autores corroboram com as interações apresentadas pelos seguintes internautas: *“Eu como parda sei que somos discriminados por muitos brancos... E mesmo não sendo negra retinta dói ofendi e fere”* (Internauta B.16); *“Demorei um pouco, mas hoje entendo e vejo que eu não sofri racismo como minha irmã retinta, mas o tanto de racismo velado não tá no gíbi”* (Internauta D.10); *“Importante destacar que: se vc for negro, não importa a tonalidade da sua pele. Vc NUNCA será ACEITO. A palavra não eh essa. Tolerados pode até ser, mas jamais aceitos”* (Internauta D.12); *“é difícil na hora que tá acontecendo mano”* (Internauta C.7); *“Mas todos os negros sofrem a opressão do racismo”* (Internauta A.40).

Conforme elucidado neste artigo, um grupo de renomados autores, tais como Lélia Gonzalez, Cida Bento, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Virgínia Bicudo, Lia Vainer Shucman, Mano Brown, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e outros, se dedicaram a analisar da origem e evolução do racismo no Brasil. A partir de suas análises, surge uma forte demanda na sociedade por uma valorização mais expressiva e um debate mais aprofundado sobre a riqueza da cultura africana. Este clamor se fundamenta na busca coletiva por uma compreensão mais enraizada da própria identidade racial e na necessidade de reconhecer e celebrar a amplitude da diversidade étnica brasileira. A sociedade clama por uma exploração mais ampla e inclusiva da ancestralidade negra que está intrinsecamente presente



em sua história e que constitui uma parte significativa de sua herança cultural. Esse movimento não apenas busca uma compreensão mais profunda das raízes, mas também visa corrigir distorções históricas e abraçar a pluralidade de perspectivas, contribuições e legados deixados pela cultura africana na formação da identidade Brasil. A fala a seguir apresenta essa perspectiva e discute a pluralidade do povo negro:

Aqui no Brasil foi construída a imagem do negro único: cabelo crespo, pele escura e traços largos. Acontece que a África é um continente com várias etnias. Existem negros de pele clara, cabelos lisos, ondulados, crespos, com traços fortes, traços afilados etc. A maioria dos brasileiros não sabem disso. E aqui no Brasil o que determina que alguém seja lido como negro é a seguinte: quanto mais escura a pele, quanto mais encaracolados são os cabelos e quanto mais largos os traços do rosto, mas racismo essa pessoa sofre (Internauta A.41).

Convite ao quilombamento: “Mesmo com tonalidades diferentes, nossa origem é a África”

A seção intitulada *quilombamento* representa a conclusão das ideias discutidas neste artigo, abordando falas que destacam a necessidade de mais militância, união, engajamento político e interações que enfatizam a importância do coletivo. *Quilombar* significa:

Se “cada cabeça é um quilombo”, como anuncia Nascimento (1989), quilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, quilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemônica a partir de um corpo político (SOUTO, 2020. p.10).

Em concordância com o que foi dito, nas interações também foram identificadas falas dos internautas sobre a proposta de união: “*gente? a gente precisa parar de ficar desconfortável pra esse povo se divertir as nossas custas. tem que dar no meio de um desses affff*” (Internauta C.4); “*...não podemos nos separar por tons de pele, entendo sua luta pela diferenciação mas...*” (Internauta B.17); “*uma dor não invalida a outra*” (Internauta D.1); “*O Brasil e sua elite nem branca é, e, é alvos de tão brancos...os inimigos são outros...não aqueles q se sensibilizam com sua luta e tbm sofre as consequências...te sigo e curto tudo pq deveríamos sempre nos ajudar....só o Amor cura*” (Internauta B.18), bem como pode ser observado na seguinte interação:

Precisamos discutir urgente sobre a quem serve a discussão sobre o colorismo sobre a competição silenciosa sobre quem sofre mais ou menos racismo, sobre quem é mais ou menos negro e porque não falamos com a mesma frequência sobre a necessidade real de ampliação das ações afirmativas (Internauta D.13).



Na busca por perspectivas de união, é essencial considerarmos abordagens mais plurais, conforme destacado tanto pelos internautas quanto pelas autoras. Ao discutir perspectivas plurais, é crucial refletir sobre a filosofia africana do *Ubuntu*. Originária do sul do continente africano, essa filosofia essencialmente expressa: “Eu sou porque nós somos”. Ela incita a considerar o social sob uma ótica coletiva e plural, o que ressoa com o que foi apresentado pelos internautas neste tema: “*mas o que falta pra aprendermos a reagir imediatamente? Doer eu sei que dói. Pra estarmos aqui lutando, alguém reagiu. O que falta em nós?*” (Internauta C.5); “*Justo... eu concordo muito! Esses momentos são infelizes demais, tristes demais e difíceis demais... precisamos além de acolher, achar meios de fazer jus ao fogo neles!*” (Internauta C.6); “*Vamos ser sinceros se não fosse pelos pretos, vocês mestiços também seriam segregados ou na verdade a segregação ainda existe*” (Internauta B.20); “*pretos e pardos são negros*” (Internauta A.43), como também pode ser visto na seguinte interação:

Preta é subgrupo de cor que não sofreu miscigenação, dentro da Raça. Infelizmente precisamos reformular essas falas, pois que prejudicam os indicadores sociais e a coleta do quesito cor nos equipamentos públicos. Um beijo afetuoso. Se fosse pra coletar a cor vocês seriam pardas/Negras. Eu ... seria preta/negra (Internauta A.42).

A difusão do letramento racial se torna um grande aliado na construção de movimentos políticos. A interação a seguir elucida muito bem o que foi apresentado neste tema:

Acho que precisamos mais entender nossa realidade social e como a tecnologia do racismo opera em nossa sociedade para manter a desigualdade. Precisamos debater mais ideias como a de Lélia González, Clóvis Moura, Sueli Carneiro e tantos outros clássicos que nos faz entender quem somos enquanto povo. Esse papo de colorismo é conversa de acadêmico negro classe média a serviço da burguesia e pra vender livro. O debate é outro (Internauta D.15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo netnográfico analisou quatro casos, selecionando comentários e reações favoráveis e desfavoráveis às postagens relacionadas a questões de identidade racial. Cinco temas emergiram da análise temática: 1) Tornar-se negro: abordando críticas e questionamentos sobre o reconhecimento tardio da identidade racial; 2) O não-lugar do pardo: explorando a falta de visibilidade e pertencimento social das pessoas pardas; 3) Tribunal racial cibernético: discutindo confrontos verbais e julgamentos sobre quem pode se autodeclarar negro; 4) Reações ao racismo estrutural: abordando experiências emocionais diante do racismo enfrentado no Brasil; e 5) Convite ao aquilombamento: destacando a necessidade de união e engajamento político, enfatizando a origem comum africana, independentemente das tonalidades de pele.



Os resultados apontam diversas facetas da identidade racial no contexto brasileiro, destacando conflitos, desafios e reflexões pertinentes à experiência negra. Há uma ênfase na complexidade da autodeclaração como negro e nas críticas dirigidas àqueles que adotam essa identidade mais tarde na vida. Além disso, são evidenciados os obstáculos enfrentados pelas pessoas pardas, que muitas vezes se sentem excluídas, revelando a complexidade da construção de sua identidade racial, influenciada pelo colorismo e pelo racismo estrutural. O “tribunal racial cibernético” expõe confrontos verbais e julgamentos em torno da autodeclaração racial, destacando a necessidade de letramento racial para combater atitudes discriminatórias internalizadas. Os resultados também apontam reações emocionais e demandas resultantes do racismo estrutural, sublinhando a importância de representações positivas na sociedade. A proposta de “aquilombar-se” é apresentada como um convite à união, militância e engajamento político para resistir ao racismo, promovendo um movimento de resistência contra-hegemônica. Reponta das análises a necessidade de se refletir acerca da diversidade étnica brasileira e a importância de celebrar a herança cultural africana. Em suma, a análise das narrativas destaca a necessidade de reconhecimento, compreensão e valorização da complexidade das experiências negras no Brasil. Por fim, o estudo revela as complexidades das discussões sobre identidade racial no contexto brasileiro, abordando questões como autodeclaração, colorismo, discriminação e a necessidade de união para combater o racismo estrutural. As vozes dos internautas refletem as tensões e desafios enfrentados por diferentes grupos raciais no país.

O tema proposto neste artigo é polêmico, pois está em uma franca arena de disputa, além de haver total falta de consenso e de unidade. Reside aí um clamor para que haja um olhar social para essa temática de forma crítica, respeitosa e delicada, porque estamos principalmente brigando entre os que têm sido historicamente oprimidos. Precisamos deixar de brigar entre nós e mirar na branquitude que se mantém disparadamente nos espaços de poder. Através da literatura e do comportamento social observado no intercâmbio de mensagens colhidas neste estudo de netnografia foi possível identificar o quanto de fato tem fundamento que o pardo não tem um lugar. Essa arena não está favorável para se pensar que exista um lugar pacificado para o pardo. Na verdade, esse ainda é um lugar turbulento, tensionado, disputado e de não consenso sobre a identidade racial do pardo.

A proposta de falar sobre o pardo e o seu não-lugar, não se trata de apresentar um vitimismo ou um coitadismo sobre a temática, mas sim de reconhecer que a dor do preto se faz presente de muitas maneiras, mas também é importante mostrar que para o pardo também não está fácil, porque ele não tem a aceitação nem do branco e nem do preto. Assim, sem representações grupais, se torna um alvo vulnerável para o racismo no Brasil. Este trabalho nos mostrou que para o pardo “a maré também não está para peixe”. Também observamos que os pardos estão em busca de legitimidade e pertencimento.



Embora possam ser cansativas, essas movimentações são necessárias para buscar espaços coletivos nos quais suas vozes sejam ouvidas e respeitadas, permitindo que a sociedade compreenda as diversas perspectivas existentes no Brasil. Vale ressaltar que não abordamos os pardos resultantes da mistura entre negros e indígenas, nem aqueles provenientes da mistura entre indígenas e brancos, dada a amplitude e complexidade dessas temáticas. Recomenda-se fortemente a realização de novas pesquisas posteriores sobre esses assuntos.

Uma das possíveis consequências da perspectiva do não-lugar do pardo na sociedade é a ausência de representações plurais, o que impacta diretamente na formulação e execução de políticas públicas, inclusive nos processos de cotas e outras políticas de ações afirmativas. A compreensão das dinâmicas adotadas nessas políticas pode ser influenciada pela visão simplificada do negro único. A falta de pluralidade nesse olhar reforça a noção de que o pardo é desconsiderado, muitas vezes erroneamente percebido como alguém em uma posição privilegiada, e, portanto, sem espaço para se expressar. Nesta perspectiva, concordamos com o internauta que diz: *“dor é dor e traumas são traumas, não dá pra nos separar por causa de mais ou menos traços, quem sofre mais ou menos...”* (Internauta D.3). Portanto, é fundamental que esses sujeitos obtenham maior visibilidade dentro das políticas de ações afirmativas, bem como mais oportunidades de acesso às políticas públicas. Não bastasse carregar a sina de ser fruto de uma relação originariamente violenta, ao pardo cabe a eterna culpa de carregar sangue do inimigo nas veias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ALVES-BRITO, A. “Zumbi-Dandara dos Palmares: desafios estruturais e pedagógicos para a promoção da equidade racial no Brasil do século 21”. **Revista Brasileira de História da Ciência**, vol. 15, n. 2, 2022.

AMORAS, M.; COSTA, S. M. G.; ARAÚJO, L. M. “O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 23, 2021.

APROBATO, V. C. “Corpo digital e bem estar na rede Instagram: um estudo sobre as subjetividades e afetos na atualidade”. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, vol. 38, n. 95, 2018.

ASSIS, W. L. S.; SOUZA, S. L. “Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. Simbiótica”. **Revista Eletrônica**, vol. 6, n. 1, 2019.

BATISTA, W. M. “A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural”. **Revista Direito e Práxis**, vol. 9, n. 4, 2018.



BENTO, C. “Pacto narcísico”. *In*: BENTO, C. (org.). **O pacto da branquitude**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2022.

BICUDO, V. L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BRASIL. **Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888**. Brasília: Planalto, 1888. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/11/2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. “Thematic analysis”. *In*: COOPER, H. *et al.* (eds.). **APA handbook of research methods in psychology**. London: American Psychological Association, 2012.

CARNEIRO, S. **Epistemicídio**: Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Editora Zahar, 2023.

CASÉ, R. “Podcast com Regina Casé”. Entrevista concedida a: Mano Brown. Produtora: MugShot e Boogie Naípe. São Paulo: MugShot e Boogie Naípe, 2023. Disponível em: <www.spotify.com>. Acesso em: 10/11/2023.

CHALMERS, A.; AUSTEN, E.; GRIFFITHS, S. “Aboriginal and/or Torres Strait Islander women's body image: A qualitative study”. **Body Image**, vol. 43, 2022.

CHRISTIAN, M. “A global critical race and racism framework: Racial entanglements and deep and malleable whiteness”. **Sociology of Race and Ethnicity**, vol. 5, n. 2, 2019.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA. **Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

CONCEIÇÃO, M. I. G. “Análise temática: como fazer análise qualitativa de dados qualitativos”. *In*: SEIDL, E. M. F. *et al.* (orgs.). **Estratégias metodológicas de pesquisa em Psicologia Clínica**: possibilidades e avanços. Curitiba: Editora CRV, 2021.

COSTA, P. H. A.; MALAQUIAS, T. A. A. “O protesto negro na psicologia: contribuições de Florestan Fernandes”. *In*: NOGUEIRA NETO, J. M. (ed.). **Movimentos sociais, grupos, insurgências e resistência na América Latina**. Sobral: Faculdade Luciano Feijão, 2021.

CRADDOCK, N. *et al.* “Colourism: a global adolescent health concern”. **Current Opinion in Pediatrics**, vol. 30, n. 4, 2018.

CRADDOCK, N. *et al.* “Understanding colourism in the UK: development and assessment of the everyday colourism scale”. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 46, n. 10, 2023.

DAFLON, V. T. “Forms of systematization of the sociology of race relations in Brazil”. **Revista Sociologia & Antropologia**, vol. 8, 2018.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. “Pardo”. Dicionário *Online* de Português [2023]. Disponível: <www.dicio.com.br>. Acesso em: 23/09/2023.

EVERED, J. A. *et al.* “Talking about inequities: A comparative analysis of COVID-19 narratives in the UK, US, and Brazil”. **SSM- Qualitative Research in Health**, vol. 3, 2023.



FERNANDES, F. **O protesto negro**: O significado do protesto negro. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2017.

FREITAS, G. *et al.* “Inserção da mulher negra no mundo do trabalho: uma revisão de literatura”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 26, 2022.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GOMES, L. F. E. “Ser pardo: O limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade”. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, vol. 5, n. 1, 2019.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. São Paulo: Editora Zahar, 2020.

GOUVEIA, M.; ZANELLO, V. “Psychotherapy, race, and racism in brazilian context: experiences and perceptions of black women”. **Psicologia em Estudo**, vol. 24, 2019.

HARRIS, K. L. “Positive Racial Identity of Black Brazilian and Colombian Adolescents Amidst Systems of Educational Oppression: Dismantling Systems of Racism and Oppression during Adolescence”. **Journal of Research on Adolescence**, vol.32, n.1, 2022.

HILÁRIO, L. C.; LIMA, S. H. R. “Branco no preto: reverberações da branquitude na psique negra”. **Revista Psicologia e Sociedade**, vol. 35, 2023.

HOOKS, b. “Sexismo e a experiência da mulher negra escravizada”. *In*: HOOKS, B. (org.). **E eu não sou uma mulher?**: Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. “Conheça o Brasil população cor ou raça”. **IBGE** [2022] Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/09/2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Notas Técnicas — um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE**. Brasília: IBGE, 2008.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Editora Penso, 2014.

LAGO, M. C. S. *et al.* “Pardismo, colorismo e a “mulher brasileira”: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara”. **Revista Estudos Feministas**, vol. 31, n. 2, 2023.

LERNER, G. “1920-2013. A mulher escrava”. *In*: LERNER, G. (org.). **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Curitiba: Editora Cultrix, 2019.

MACHADO, P. H.; SANTOS, S. S. “Memórias do Brasil: Invasão, tráfico de negros e violência”. **Revista Contexto e Educação**, vol. 37, n. 116, 2022.

MATOS, A. G. S. “O letramento, a homofobia e o racismo”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 9, n. 26, 2022.



MATOS, P. M.; FRANÇA, D. X. “Ethnic-racial socialization and racism: from Afro-Brazilian and African knowledge to the construction of ethnic-racial identity”. **Educar em Revista**, vol. 37, 2021.

MICHELI, D. “Racial reclassification and political identity formation”. **World politics**, vol. 73, 2021.

MITCHELL, J. “Back to race, not beyond race: multiraciality and racial identity in the United States and Brazil”. **Comparative Migration Studies**, vol. 10, n. 22, 2022.

MOREIRA-PRIMO, U. S.; FRANÇA, D. X. “Identidade racial e percepção do valor social dos grupos pelas crianças: uma análise em termos de desenvolvimento”. **Revista Zero-a-Seis**, vol. 25, n. 47, 2023.

NASCIMENTO, F. S. “Colorismo e prisão: reflexões sobre a utopia de uma sociedade sem racismo”. **Revista de Estudos de Cultura**, vol. 8, n. 20, 2022.

NOGUEIRA, L. M. S. *et al.* “Museologia na modernidade e a transformação da cultura e sociedade: tecendo diálogos decoloniais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

NOGUEIRA, O. “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”. **Revista Tempo Social**, vol. 19, n. 1, 2007.

OLIVEIRA, D. E. S. D. *et al.* “A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem: um estudo teórico”. **Intr@ciência Revista Científica**, vol. 19, 2020.

OLIVEIRA, F. “Ser negro no Brasil: alcances e limites”. **Revista Estudos Avançados**, vol. 18, n. 50, 2004.

OLIVEIRA, R. “Pardo, algumas reflexões preliminares sobre a produção das identidades e as 218 formas de identificação dos diferentes sujeitos, no Paraná (1853/1888)”. **Revista Extraprensa**, vol. 15, 2022.

PAIVA, M. C. “Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiros”. **Revista Brasileira de História**, vol. 41, n. 88, 2021.

PAMPLONA, L. R. P.; SILVA, A. A. A.; ALMEIDA, C. S. “Entre a alteridade e a identidade: o acesso às reservas de vagas por meio das comissões de heteroidentificação”. **Revista Educação e Políticas em Debate**, vol. 11, n. 1, 2022.

PIMENTEL, A. G. S.; HAUCK, F. N. “Opressão racial internalizada: um estudo com negros brasileiros”. **Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, vol. 12, n. 1, 2021.

RACIONAIS MC'S. “Negro Drama”. *In: RACIONAIS MC's. Em nada como um dia após o outro*. São Paulo: Gravadora Boggie Naípe, 2002.

RAMINELLI, R. “Raça e escravidão em memórias e romances: Brasil c.1820-1870”. **Revista Almanack**, n. 33, 2023.

REZENDE, D. T.; TÁRREGA, M. C. V. B. “Colonialidade do corpo feminino negro: trabalho reprodutivo no período escravocrata brasileiro e justiça racial”. **Revista Videre**, vol. 13, n. 27, 2021.



ROCHA, H. S.; ALCÂNTARA, R. L. S. “O pardo em questão: a mestiçagem como dispositivo político e como processo de tensão das identidades”. **Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, vol. 5, n. 12, 2022.

RODRIGUES, G. M. B. “Mulatos, pardos, “afrobeges”: negros de pele clara ou “afroconvenientes”?”. **Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Salvador: UFBA, 2020.

ROTH, W. D. “The Multiple Dimensions of Race”. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 39, 2016.

SCHUCMAN, L. V. “A cor de Amanda: entre o branco, morena e negra”. In: SCHUCMAN, L. V. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. São Paulo: Editora Fósforo, 2023.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Veneta, 2020.

SILVA, E. M. “Heranças da escravidão: da naturalização do racismo institucional ao genocídio da população negra”. **Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul**, vol. 21, 2018.

SILVA, O. H. F.; CRUZ, A. C. J.; MWEWA, C. M.; BRITO, J. E. “Do racismo científico ao racismo social: o conceito de “raça” nas relações humanas”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 40, 2023.

SILVA, V. A.; ARRUDA, D. O. “O mito da democracia racial e seus reflexos na percepção social sobre as políticas públicas de ações afirmativas no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

SIMON-KUMAR, R. *et al.* “Flexible resources and experiences of racism among a multi-ethnic adolescent population in Aotearoa, New Zealand: an intersectional analysis of health and socioeconomic inequities using survey data”. **The Lancet**, vol. 400, n. 10358, 2022.

SOUTO, S. “Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea”. **Revista Metamorfose**, vol. 4, n. 4, 2020.

SOUZA, E. M. “Intersections between Race and Class: A Postcolonial Analysis and Implications for Organizational Leaders”. **Brazilian Administration Review**, vol. 16, 2019.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. São Paulo: Editora Zahar, 2021.

SOUZA, V. S. “Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930)”. **Revista Brasileira de História**, vol. 42, n. 89, 2022.

TAFURI, H. “Negro drama: entre a diáspora africana e a periferia, o rap dos racionais mc’s.” **Darandina Revisteletrônica**, vol. 14, n. 2, 2022.

TAMANO, L. T. O. “O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929): as discussões em torno da eugenia no Brasil”. **Revista Tempo**, vol. 28, n. 3, 2022.

TEIXEIRA, V. S. “Interseccionalidade, identidade racial e o dilema do “pardo”: reflexões sobre identidade racial e heteroclassificação no Brasil”. **Revista de Direito**, vol. 13, n. 03, 2021.



WESCHENFELDER, V. I.; SILVA, M. L. “A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo”. **Revista Análise Social**, vol. 53, n. 227, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 49 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima